

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

LETICIA PAZINATO MENDONÇA

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: POSSIBILIDADES
DE APRENDIZAGEM NA ATUALIDADE

MARINGÁ
2022
LETICIA PAZINATO MENDONÇA

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: POSSIBILIDADES
DE APRENDIZAGEM NA ATUALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia na disciplina 4728 - Trabalho de Conclusão de Curso - como requisito parcial para o cumprimento das atividades exigidas.

Orientação: Prof. Dra. Marta Chaves



MARINGÁ
2022

LETICIA PAZINATO MENDONÇA

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: POSSIBILIDADES
DE APRENDIZAGEM NA ATUALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia na disciplina 4728 - Trabalho de Conclusão de Curso - como requisito parcial para o cumprimento das atividades exigidas.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Marta Chaves (Orientadora)
Universidade Estadual de Maringá

Prof^a Ma. Patrícia Laís de Souza
Universidade Estadual de Maringá

Prof^a Ma. Cristiane Aparecida da Silva Pastre
Universidade Estadual de Maringá

MARINGÁ
2022

SUMÁRIO

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM NA ATUALIDADE

Letícia Pinheiro de Moraes¹
Marta Chaves²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o contexto histórico da Educação Infantil, desde sua concepção até os dias atuais, para apresentarmos algumas possibilidades de aprendizagem nesta modalidade de ensino, já que a da Educação Infantil propicia o desenvolvimento integral do indivíduo em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, cognitivo e social. Utilizamos como referencial a Teoria Histórico-Cultural, pois esta tem o objetivo de favorecer o máximo desenvolvimento da criança e garantir a valorização do papel da escola como instituição que possibilita formar cidadãos capazes de transformar a sociedade significativamente. Trata-se de um trabalho com delineamento bibliográfico, em que utilizaremos livros, artigos, documentos da legislação e documentos orientadores da educação para amparar e fortalecer as discussões da temática proposta.

Palavras-chave: História da Educação Infantil. Creche. Possibilidades de aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

Em uma perspectiva histórica, o presente artigo tem como objetivo analisar e compreender o contexto e os aspectos históricos da Educação Infantil no Brasil desde o século XVIII até os dias atuais, ou seja, desde a sua concepção que, por sua vez, era assistencialista e voltada a cuidados vitais das crianças e das famílias carentes que precisavam de ajuda com as crianças, até hoje, quando se tornou uma instituição de ensino e cuidados básicos.

Poder participar das vivências com o Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Infantil Inclusiva (GEEII), que é conduzido pela Professora Dra. Marta Chaves, contribuiu muito para a minha formação e para a realização deste trabalho, pois as pesquisas, os estudos de textos, de autores da Teoria Histórico-cultural e os debates com os colegas agregaram muito em meu conhecimento acerca da área da Educação Infantil e, além disso, desenvolveram em mim a vontade de aprofundar-me na história da Educação Infantil no nosso país, uma vez que ela está em constante desenvolvimento para melhorar o ensino e a aprendizagem das crianças.

O trabalho está organizado em cinco partes, a primeira apresenta o início e o contexto da Educação Infantil na Europa. A segunda expõe a história da Educação Infantil no Brasil e os seus primeiros passos. A terceira discorre sobre a legislação brasileira que ampara e garante a Educação Infantil. A quarta parte trata da Educação Infantil na atualidade e, por fim, a última parte discorre sobre algumas possibilidades de aprendizagem da criança.

Diante do exposto, o presente artigo apresenta alguns resultados de estudos pautados em autores como Kramer, Oliveira (2002), Kuhlmann Jr (2001) e outras fontes que discutem sobre os aspectos das creches. Para a construção desse trabalho acadêmico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos publicados em periódicos e sites eletrônicos, o que orientou o desenvolvimento desse trabalho, com estudo histórico e descritivo dos fatos. Sendo

¹ Estudante de graduação em Pedagogia, na Universidade Estadual de Maringá. E-mail: letpazinato@gmail.com.

² Professora orientadora na Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mchaves@uem.br.

assim, o aprendizado serviu para a construção e o entendimento da história da Educação Infantil nas creches e trouxe uma reflexão a respeito do processo de escolarização da criança pequena, além de mostrar a construção dos valores, hábitos e costumes. Com esse estudo, busca-se compreender o trajeto histórico ocorrido nas creches até o período atual.

A Educação Infantil teve o seu advento no Brasil para fins de assistencialismo das crianças em vulnerabilidade social e pobreza, quando as mulheres e mães também adentraram ao mercado de trabalho fabril, pois o capitalismo havia mudado o modo de produção, que antes era doméstico para o fabril, e as mulheres vendiam a força de seu trabalho para fábricas, visto que muitas delas precisavam sustentar as suas famílias, para isso, deixavam o cuidado essencial da criança em segundo plano.

A creche, na atualidade, é uma instituição essencial de cuidados e educação voltada para crianças de 0 a 3 anos de idade. Sendo assim, é um direito fundamental de todas e quaisquer crianças de acordo com a legislação atual. Além disso, desempenha um papel fundamental no acolhimento e na educação das crianças, apresentando um mundo de novas experiências, ampliando seus horizontes e contribuindo para o seu desenvolvimento pleno, integral, a partir da socialização e da formação de habilidades essenciais. Ainda, a creche desempenha um papel crucial no apoio às famílias que precisam de assistência na criação dos seus filhos.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL NA EUROPA

Ao analisarmos mais profundamente a história da Educação Infantil em um cenário global, constatamos que a preocupação e os cuidados iniciais com a criança pequena tiveram o início na Europa. Nesse contexto, os autores Paschoal e Machado (2009, p. 79) afirmam que:

Na Europa, com a transição do feudalismo para o capitalismo, em que houve a passagem do modo de produção doméstico para o sistema fabril, e, conseqüentemente, a substituição das ferramentas pelas máquinas e a substituição da força humana pela força motriz, provocando toda uma reorganização da sociedade. O enorme impacto causado pela revolução industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas. Desse modo, essa revolução possibilitou a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, alterando a forma da família cuidar e educar seus filhos.

Com esta transição do mercado de trabalho doméstico para o meio fabril, era preciso mais mão de obra, e a mulher ganhou espaço e vez para adentrar ao mercado de trabalho. Mas, antes desse fato, a mulher era vista como alguém sem importância, sem direitos e que apenas deveria ser submissa ao homem, assim, ela desempenharia os papéis de esposa, de dona de casa e também era responsável pelo cuidado, pela criação e educação das crianças.

Com isso, aumenta a necessidade de espaços para cuidar das crianças no período em que a família estava trabalhando. Kuhlmann Junior Jr (1998) ressalta que uma das características fundamentais dessa educação era fornecer um atendimento assistencialista e de baixa qualidade, com uma ênfase na moralidade, para que a criança não sofresse com a dura realidade. Além disso, uma peculiaridade era o isolamento das crianças de possíveis fontes de doenças contagiosas, já que a rua era a principal dessas fontes. Isso era considerado uma virtude pedagógica e, portanto, o atendimento educacional às crianças pobres era visto como um favor, com a baixa qualidade sendo aceita como algo natural e inevitável.

Segundo a pesquisadora Isabel Edelweiss Bujes (2001), a criação e a educação da criança eram responsabilidade da família e de seu grupo social. E, durante muito tempo, não houve nenhuma instituição que compartilhasse os cuidados e a educação da criança junto aos pais e com a comunidade que ali pertencia. A autora ainda aponta que: “isso nos permite dizer

que a educação infantil, como nós a conhecemos hoje, realizada de forma complementar à família, é um fato muito recente. Nem sempre ocorreu do mesmo modo, tem, portanto, uma história” (BUJES, 2001, p. 13).

Kuhlmann Jr (2001) argumenta que um dos primeiros registros de instituições para crianças com caráter mais educacional consiste na criação da escola de principiantes por Oberlin, em 1769, na França. Essa instituição ficava localizada na paróquia rural de Ban-de-laRoche, e lá as crianças deveriam adquirir hábitos voltados à obediência, à socialização, à prática da bondade e ao conhecimento das letras por meio da soletração e do aprendizado das pronúncias corretas das palavras.

E, dessa forma, a palavra "creche" também tem origem na língua francesa e significa "manjedoura". Foi utilizada para se referir à primeira instituição criada há mais de duzentos anos pelo Padre Oberlin, na França. Essa instituição tinha como objetivo abrigar e cuidar de crianças pequenas consideradas necessitadas pela sociedade da época (ABRAMOWICZ, 1995, p. 09).

Em 1816, na cidade escocesa de New Lanark, o industrial socialista utópico Robert Owen 1771- 1858, fundou uma escola que acolhia alunos de todas as idades, desde aqueles que mal sabiam andar até jovens de 25 anos. Essa iniciativa pioneira buscava oferecer educação de qualidade para todos os habitantes da região, independentemente de sua origem social ou econômica.

A escola de Owen foi parte de um esforço maior para transformar New Lanark em uma comunidade modelo, em que os trabalhadores fossem valorizados e tratados com dignidade. O industrial também introduziu outras inovações sociais e educacionais, como moradias para os trabalhadores, creches para as crianças e horários de trabalho reduzidos.

Em 1826, na França, a marquesa de Pastored, juntamente com as Madames Mallet e Millet, com o apoio de Jean-Marie Denys Cochin, fundaram as Salles d'Asile. De acordo com Kuhlmann Jr (1999, p. 7), "as Salas de Asilo francesas foram concebidas desde os primeiros textos oficiais para promover cuidados e educação moral e intelectual para crianças". Inspirados pelo método da *Infant School*, foi criado o Manual das Salas de Asilo para guiar os professores na implementação dessas práticas educacionais.

As figuras apresentadas como modelos no manual mostram uma ampla sala em que uma arquibancada forma um anfiteatro, para lições dirigidas a todos, e áreas com bancos para reuniões dos grupos de diferentes idades comandados por uma criança monitora: as paredes eram decoradas com o crucifixo, as letras do alfabeto, as figuras geométricas e cartazes, promovendo como que um programa de ensino escolar em miniatura, com forte caráter religioso (Dajez, 1994, apud Kuhlmann, 1999, p. 8). Promovendo como que um programa de ensino escolar em miniatura, com forte caráter religioso (DUBET, 1994 apud KUHLMANN, 1999, p. 8).

Na Alemanha, Friedrich Wilhelm August Froebel (1782-1852) trouxe grandes contribuições para a educação ministrada nas instituições de Educação Infantil. Ele pretendia fazer uma reforma na educação pré-escolar, mas, por meio da estrutura familiar e da relação das esferas públicas, ele criou o jardim de infância chamado *kindergarten*, que significa a criança e jardim, voltado para crianças menores de seis anos (KUHLMANN JR, 2011).

Depois da morte de Froebel em 1852, a baronesa Bertha Von Marenholtz-Bulow (1810-1893), liderou o movimento froebeliano e estabeleceu jardins de infância em vários países. Como resultado, os primeiros jardins de infância surgiram nos Estados Unidos em 1855. Com o tempo, o conceito de jardim de infância se expandiu globalmente, incluindo países como o Japão, onde educadores japoneses compraram livros e móveis para escolas depois de visitar exposições em

Paris e Viena (KULHMANN JR, 2001 apud WOLLONS, 1993, p. 14). A partir do século XIX, os modelos de creche e jardim de infância foram adotados em diversos países, incluindo o Brasil, onde iniciativas assistencialistas e higienistas foram implementadas.

Kuhlmann Junior (2005) argumenta que a separação entre assistência e educação implica que a função de cuidado e proteção é oposta à função educativa, sugerindo que as duas não podem coexistir. No entanto, é importante destacar que as creches não eram exclusivamente locais de assistência, mas também tinham uma abordagem educacional mais ampla. Da mesma forma, os jardins de infância não eram puramente pedagógicos e a educação e a assistência estavam presentes em ambas as instituições. Ainda, ao longo da história, as trajetórias dessas áreas se encontraram em diversos momentos. Apesar disso, o conceito de creche ainda é, frequentemente, associado apenas a cuidados físicos, como higiene e alimentação, destinados às classes menos favorecidas, enquanto a pré-escola é vista como uma instituição educacional de meio período, destinada às classes privilegiadas e com a função de preparar a criança para o Ensino Fundamental. A partir do exposto tratamos a seguir do detalhamento da Educação Infantil no contexto brasileiro.

3 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Ao compreendermos o processo de consolidação da Educação Infantil em diversos países, notamos que se espalhou a importância de oferecer atenção e educação para a criança pequena. Dessa maneira, vamos conhecer e refletir a respeito do contexto do desenvolvimento da Educação Infantil no Brasil, bem como os acontecimentos que marcaram a história, pois, assim como ocorreu em outros países, no Brasil, o surgimento da creche também está ligado com a necessidade da mãe e dos responsáveis terem de trabalhar fora de casa. Ruiz (2011) argumenta que, no Brasil, a creche se instituiu no final do século XIX, por conta do grande processo de industrialização e urbanização que o país estava passando.

Complementando esse fato, Faria (1997) afirma que enquanto nos países europeus a creche foi criada em função do trabalho industrial feminino, no Brasil, a creche é construída de uma forma peculiar, uma vez que aqui as creches populares foram criadas não só para atender às operárias industriais, mas também aos filhos das escravas que trabalhavam em casa de pessoas com alto padrão de vida, assim, a creche fica marcada por possuir um caráter assistencialista aos necessitados.

Kramer (1991) aponta que as primeiras iniciativas destinadas à criança pequena partiram dos higienistas, um grupo privado formado por médicos e pela associação de damas beneficentes, que se preocupava com a alta taxa de mortalidade infantil e com a alimentação, a higiene e a segurança física das crianças vulneráveis. É importante destacar que o higienismo constituiu-se um forte movimento nos séculos XIX e início do XX, diante de altos índices de mortalidade infantil e condições precárias, tendo em vista a disseminação de novos conhecimentos e de novas técnicas oriundas com o avanço da ciência.

Souza e Kramer argumentam que até o começo da república pouco era feito no Brasil para a criança de 0 a 6 anos, tanto juridicamente quanto em relação a atendimentos. Os autores destacam que faltava interesse da administração pública para com as crianças pobres. E, para tentar diminuir essa visão pejorativa que as esferas governamentais possuíam em relação às crianças, surgem os grupos filantrópicos que atendiam a esses necessitados.

As iniciativas privadas surgiram para minimizar o índice de mortalidade infantil. Elas recebiam auxílio do Estado, oferecendo atendimentos na área da higiene, dos cuidados e da alimentação. Com isso, era esperado que houvesse a minimização das tensões e crises sociais que o próprio sistema econômico gerava. No entanto, segundo Ruiz (2011), a responsabilidade de cuidados da criança era vista como algo do próprio indivíduo.

Consequentemente, no fim de 1970, desenvolvem-se as creches comunitárias, em razão da organização popular que necessitava do direito à creche. Esse espaço, também conhecido

por creches domiciliares, consistia no fato de uma mulher tomar conta em sua própria casa dos filhos de outros pais e outras mães, mediante a pagamento. No entanto, a situação era insalubre, precária, sem higiene e com a presença de muitas crianças. Dessa forma, muitas crianças morriam nesses ambientes, segundo Ruiz (2011).

Durante as décadas passadas, os avanços conquistados foram alcançados por meio de conflitos. Com o aumento da industrialização e da participação das mulheres de classe média no mercado de trabalho, houve uma maior demanda por serviços de cuidados infantis. Segundo Haddad (1993), os movimentos feministas que surgiram nos Estados Unidos foram cruciais para a revisão do papel das instituições de cuidados infantis. As feministas defendiam que tanto as creches como a pré-escola deveriam ser acessíveis a todas as mulheres que tinham filhos, independentemente de sua necessidade de trabalhar ou de sua situação financeira.

No ano seguinte, houve uma grande expansão de creches públicas no Brasil, por conta da pressão dos movimentos sociais. Nesse sentido, Ruiz (2011) cita como exemplo o Movimento de Lutas pelas Creches, a Pastoral do Menor e as Sociedades Amigos dos Bairros. Nesse contexto, o governo alegava que a construção de creches era muito caro e, dessa forma, incentivava os setores privados para que criassem as instituições voltadas para o cuidado da criança.

Por volta dos anos de 1980, houve uma grande mobilização popular e política a favor da institucionalização democrática, o que possibilitou a conquista da Constituição de 1988, que reconhece a educação em creches e pré-escolas como direito da criança e dever do Estado (RUIZ, 2011, p. 9).

Após a Constituição Federal de 1988 ter afirmado como dever o Estado garantir a oferta de creche e a pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. Tomou-se por orientação que as instituições deveriam não apenas cuidar das crianças, mas desenvolver um trabalho educacional (RUIZ, 2011, p. 09).

Observamos significativo progresso em relação aos direitos das crianças pequenas. Ao ponderar sobre o desenvolvimento das instituições educacionais infantis no país, constatamos que esse foi um processo desafiador e que, embora a expansão das creches tenha sido influenciada pelos interesses da elite, ela somente ocorreu após a pressão dos trabalhadores.

4 EDUCAÇÃO INFANTIL E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

No sistema educacional do Brasileiro, a Educação Infantil é considerada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como objetivo atender às crianças com idades entre os primeiros meses de vida e cinco anos em creches e pré-escolas. Esse direito à educação pública e gratuita é garantido por leis como a Constituição Federal de 1988, que reconhece o papel e a responsabilidade do Estado em oferecer educação e o direito da criança à educação.

A Constituição Federal de 1988 é o documento que garante os direitos aos brasileiros. Esse marco foi criado após muitas discussões e movimentos no regime militar. A educação é abordada nesse documento e é destacada como obrigação do Estado oferta-la educação para as crianças de zero a cinco anos de idade, conforme é previsto no artigo 208, que afirma que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988).

A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica. Nesse sentido, a Constituição atual reconheceu, pela primeira vez, a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado. E, assim, a Educação Infantil no país deixou de estar vinculada somente à política de assistência social passando, então, a integrar a

Política Nacional de Educação. Neste sentido há também a garantia de verbas e investimentos para esta etapa de ensino, o que entendemos como um avanço

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, foi criado para proteger os direitos das pessoas em diferentes faixas etárias, com destaque para as crianças e os adolescentes. O ECA estabelece medidas para garantir a proteção desses cidadãos, como o Conselho Tutelar, o acesso à Justiça e a apuração de atos infracionais. O ECA define crianças como cidadãos com menos de 12 anos incompletos e adolescentes como aqueles entre 12 e 18 anos, embora ele também cubra, excepcionalmente, cidadãos de até 21 anos em algumas situações. Seus objetivos incluem o desenvolvimento moral, físico, mental e social, sem discriminação de raça, cor ou classe social. O ECA criou um sistema de políticas públicas para proteger os direitos das crianças e dos adolescentes e, dessa forma, garantir que esses direitos não sejam violados.

A promulgação do ECA não se constitui em excesso de direitos às crianças e adolescentes, como algumas pessoas e setores pensam e divulgam. Na verdade, no momento de sua elaboração, em muitos aspectos nossas crianças e adolescentes contavam com menos direitos e garantias do que a população adulta. Além disso, o ECA veio legalmente reconhecer a criança e o adolescente como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento. Ou seja, não podem mesmo ser considerados adultos, pois não são adultos. Não possuem o mesmo conhecimento sobre a dinâmica e o funcionamento da sociedade e de suas instituições. Não possuem o mesmo poder de negociação, de organização e de reivindicação e seus direitos. Por isso, eles devem estar garantidos em uma lei especial, como o ECA (RAMOS, 2006, p. 33).

É válido destacar a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como um sistema de políticas públicas que visa proteger os direitos das crianças e dos adolescentes. É fundamental entender que o ECA não representa um excesso de direitos, como alguns setores propagam, mas sim uma medida necessária para garantir que esses indivíduos em condições peculiares de desenvolvimento sejam protegidos contra violações de seus direitos. O ECA é um importante marco na história dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, pois reconhece a necessidade de políticas públicas específicas para proteger essa população em condições peculiares de desenvolvimento e garantir que seus direitos sejam respeitados e promovidos. Também é para garantir que crianças e adolescentes tivessem os mesmos direitos e garantias que a população adulta, pois, em muitos aspectos, eles contavam com menos direitos e proteções.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) passou por várias mudanças desde a sua criação, devido às alterações no sistema educacional brasileiro. A LDB foi baseada na Constituição de 1988, que reconheceu o direito das crianças à Educação Infantil. A Educação Infantil é abordada pela LDB, que destaca o dever do Estado de oferecer educação para crianças de zero a cinco anos de idade, permitindo que as famílias optem por compartilhar a educação e o cuidado das crianças com o Estado, por meio de creches e pré-escolas próximas de suas casas. O artigo 29 define a Educação Infantil e o artigo 30 diz onde será ofertada:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que

completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008 (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reconhece as creches e pré-escolas como lugares onde as crianças são cuidadas por profissionais capacitados para desempenhar um papel crucial no desenvolvimento e educação. A lei reconhece que a educação começa nos primeiros anos de vida e que as creches e pré-escolas são fundamentais, juntamente com a família. A LDB propõe uma reorganização da educação, tornando mais flexível o funcionamento de creches e pré-escolas e permitindo a adoção de diferentes formas de organização e prática pedagógica.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é um documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1998, que é composto por três volumes, cada uma abordando aspectos específicos da Educação Infantil. Ele inclui uma breve história sobre creches e pré-escolas no Brasil, bem como considerações sobre educação e cuidados, concepções e princípios sobre o desenvolvimento humano e social na Educação Infantil, incluindo questões sociais e identitárias, além da construção de propostas pedagógicas para diferentes faixas etárias.

Esse documento é uma referência, contendo orientações pedagógicas, cuja função é contribuir para a adoção de práticas educativas que promovam e facilitem as condições necessárias para que as crianças nas instituições brasileiras possam exercer plenamente a sua cidadania. No entanto, deve-se ter em mente que a existência desse documento não garante o sucesso das práticas pedagógicas dos professores. É válido ressaltar que, antes da criação do RCNEI, não havia nenhum documento federal que tratasse da Educação Infantil em conformidade com os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

5 EDUCAÇÃO INFANTIL NOS DIAS ATUAIS

A Educação Infantil tem um amplo sentido, pois ela engloba muitas modalidades educativas vividas pelas crianças pequenas tanto na família quanto na comunidade, antes mesmo de terem a idade da escolaridade obrigatória. No que diz respeito à educação familiar e à convivência comunitária, como a educação recebida em instituições Kulmann Jr (2003, p. 469): destaca que:

Pode-se falar de Educação Infantil em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que viva. Mas há outro significado, mais preciso e limitado, consagrado na Constituição Federal de 1988, que se refere à modalidade específica das instituições educacionais para a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade. Essas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX, em vários países do continente europeu, como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização.

A Educação Infantil refere-se à participação regular em uma instituição educacional fora do ambiente domiciliar. Isso significa que é o período escolar em que crianças entre 0os primeiros anos de vida e 5 anos recebem orientação pedagógica na creche. De acordo com a Constituição de 1988, no artigo 280, inciso IV, é responsabilidade do Estado fornecer educação para crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas, embora isso não seja obrigatório antes dos 4 anos de idade conforme a Emenda constitucional de N°29 de 2009, e seja compartilhado com as famílias.

É válido destacar a relevância da Educação Infantil em sua dimensão pedagógica, cujo propósito é utilizar o lúdico e os saberes das crianças como ponto de partida, expandindo-os por meio de atividades concretas que possuam significado para suas vidas, e, ao mesmo tempo, garantindo a incorporação de novos conhecimentos. É importante reconhecer que as crianças têm diferenças individuais e ritmos de aprendizagem distintos. Assim, é essencial que os professores estejam preparados para oferecer uma educação personalizada, considerando as características únicas de cada criança e suas necessidades de aprendizado. Em resumo, é fundamental considerar a singularidade de cada criança ao proporcionar educação.

A educação na primeira infância, atualmente denominada Educação Infantil, nunca recebeu a devida prioridade do Estado. Ao longo de sua trajetória, observamos políticas públicas de baixo custo, mesmo quando conduzidas pelos órgãos educacionais oficiais. Esta tendência se intensificou a partir da década de 1990 do século XX, impulsionada pela intervenção de organismos internacionais, como a Organizações das Nações Unidas (ONU).

Diante disso, enfrentamos, no século XXI, o desafio de ampliar o acesso e aprimorar a qualidade do atendimento, por meio de políticas e propostas elaboradas para atender às necessidades específicas dessa faixa etária. É necessário propor projetos de formação de qualidade para profissionais, baseados no conhecimento já adquirido sobre as características e necessidades das crianças, com foco na garantia do direito à educação, buscando a emancipação das crianças brasileiras.

6 POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM

Ao longo da história da educação, a ludicidade foi um recurso eficaz para contribuir no processo de ensino e aprendizagem, mas nem sempre teve seu reconhecimento. Porém, nas últimas décadas, o uso da ludicidade tem ganhado cada vez mais espaço e se tornado objeto de discussão e pesquisa em diversas áreas do conhecimento, de acordo com Cavalli (2012).

Chaves (2012), por sua vez, argumenta que a organização do tempo e do espaço é importante para propiciar ou instrumentalizar intervenções educativas para promover a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças. É importante destacar que a organização do tempo e do espaço no contexto educativo, especialmente quando se trata da aprendizagem e do desenvolvimento de crianças com diferentes características e necessidades, é fundamental para que os educadores possam planejar e realizar intervenções adequadas e eficazes que considerem as peculiaridades e as demandas dos alunos.

Sendo assim, ao organizar o tempo, os educadores podem distribuir as atividades de forma equilibrada, evitando sobrecarga ou ociosidade e promovendo um ambiente favorável à aprendizagem. Já a organização do espaço envolve a disposição dos materiais, a delimitação de áreas de trabalho e de lazer e a adaptação do ambiente para atender às necessidades de cada aluno. Dessa forma, a organização do tempo e do espaço pode instrumentalizar as intervenções educativas, permitindo que os educadores atuem de maneira mais eficiente e eficaz no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Chaves (2012) afirma que os ambientes de aprendizagem devem ser organizados de forma a incluir uma variedade de elementos visuais, tais como cores, formas geométricas, letras, números, ilustrações de arte, autores e personagens da literatura infantil. No contexto educacional infantil, os sentimentos estéticos são desenvolvidos de maneira mais efetiva quando as crianças são expostas a versos especialmente escritos para elas, acompanhados de desenhos, música e poemas. Nesse sentido, a organização da rotina, incluindo tanto o tempo quanto o espaço, deve incentivar a participação em experiências estéticas elaboradas, pois elas são consideradas essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

Para Moyles (2002), é indispensável ter uma relação de mediação na aprendizagem das crianças, assim, o autor destaca que:

[...] o professor é o iniciador, o mediador, e o provedor da estrutura dentro da qual as crianças podem explorar, brincar e assumir a responsabilidade por sua aprendizagem, isso faz as coisas ficarem muito diferentes. Mais importante, esta abordagem certamente libera os professores para passar mais tempo com as crianças. O professor se torna um organizador efetivo da situação de aprendizagem, na qual ele reconhece, afirma e apoia as oportunidades para a criança aprender à sua própria maneira, em seu nível e a partir de suas experiências passadas (conhecimentos prévios) (MOYLES, 2002, p. 101).

Com base nesta compreensão, na Educação Infantil, a criança é uma participante ativa do seu próprio processo de aprendizagem, recebendo o suporte de um adulto como um colaborador que ajuda a criar situações propícias para a interação da criança com outras que possuem mais experiência, seja dentro do seu próprio grupo seja no grupo subsequente. Além disso, o professor exerce um papel de mediador, criando uma estrutura que favorece o processo de aprendizagem da criança. Essa estrutura permite que a criança seja guiada por meio de signos e instrumentos, enquanto se envolve em brincadeiras e diversas experiências por meio da interação, segundo Brito (2019).

Os estímulos oferecidos são projetados para criar experiências que desafiam a reflexão e encorajam as crianças a terem iniciativa na construção de seu conhecimento e na investigação de suas próprias hipóteses, ajudando-as a tomar decisões de forma autônoma. Dessa forma, a prática pedagógica é fundamental para que o processo de mediação possa envolver a criança na construção do conhecimento, criando uma continuidade nas experiências, uma vez que os elementos mediadores promovem situações de aprendizagem.

De acordo com Vygotsky (1995), a aprendizagem estimula o desenvolvimento infantil. Quando a criança se encontra em um ambiente mediado, ela é capaz de ampliar as suas experiências e assumir o papel de protagonista em seu próprio processo de aprendizagem, tornando-se um sujeito ativo na construção de conhecimento.

7 CONCLUSÃO

No decorrer de nosso texto, pudemos observar que a Educação Infantil teve seu início e crescimento por conta da necessidade de atenção e cuidados para com a criança enquanto a família trabalhava nas fábricas, isto na Europa e no Brasil. Ao longo dos anos, a Educação Infantil foi alvo de batalhas para que sua importância na formação da criança fosse reconhecida e valorizada. Nesse sentido, a compreensão de que o cuidado básico também faz parte da educação tem sido uma conquista significativa já que a creche e pré-escola, são locais para o desenvolvimento e aprendizagem.

No entanto, mesmo que a sociedade ainda esteja se adaptando a essas mudanças, é importante destacar que já foram criadas diversas leis e projetos para amparar os direitos das crianças, das famílias e dos professores, o que acaba trazendo benefícios e incentivando ainda mais a educação como meio transformador. Essa transformação no modo de compreender esta modalidade de ensino tem aberto diversas possibilidades para o aprendizado infantil, e é fundamental que os educadores estejam sempre atentos às melhores oportunidades de ensinar, levando em consideração não apenas o conteúdo, mas também o ambiente em que ocorre o aprendizado e cada criança.

Nesse sentido, o papel do professor é fundamental para o sucesso da Educação Infantil. Ele deve estar sempre atento e buscando maneiras de tornar a aprendizagem mais efetiva e significativa, observando cada criança em suas particularidades e características individuais. Além disso, é importante que haja um esforço para que a sociedade compreenda a relevância da Educação Infantil e o impacto positivo que ela pode ter no futuro das crianças e da sociedade como um todo.

Portanto, é preciso continuar investindo na Educação Infantil e em sua valorização, criando políticas públicas que garantam o acesso de todas as crianças a uma educação de qualidade e inclusiva, também se faz necessário investir no professor, pois ele é a peça central. É imprescindível ter escolas e creches com estrutura adequada para que possa agregar ainda mais a educação. Pois é deste modo, que será possível construir um futuro mais justo e igualitário para todos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; WASKOP, G. **Creches: atividades para crianças de zero a seis anos**. São Paulo: Moderna, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRITO, Angela do Céu Ubaiara; KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A mediação na Educação Infantil: possibilidade de aprendizagem**. *Educação UFSM*, 2019, 44.

BUJES, Maria Isabel E. Escola infantil: pra que te quero. *In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E.(Org). Educação Infantil: pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. p. 13-23.

CAVALLI, Edena Carla Dorne. LUDICIDADE: UMA POSSIBILIDADE METODOLÓGICA PARA PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. *In: III EIEMAT Escola de Inverno de Educação Matemática – 1º Encontro Nacional PIBID – Matemática*. Santa Maria, **Anais [...]**. Santa Maria, 2012. Disponível em: http://w3.ufsm.br/ceem/eiemat/Anais/arquivos/RE/RE_Cavalli_Edna.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

CHAVES, M. As contribuições de Leontiev e Blagonadezhina para a organização do tempo e do espaço na Educação Infantil. *In: X Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional*. Maringá. **Anais[...]**. Maringá, 2012.

FARIA, Anália Rodrigues. **O pensamento e a linguagem da criança segundo Piaget**. São Paulo: Ática, 1997.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. *In: MONARCHA, Carlos (Org.). Educação da infância brasileira: 1875-1983*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30.

KUHLMANN JR, M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., M. **Educando a infância brasileira**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MOYLES, Janet. R. **Só brincar?** O papel do brincar na educação infantil. Trad. de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PASCHOAL, Jaqueline, MACHADO, Maria. A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista Histedbr on-line**. Campinas, v. 9, n. 33, p. 78-84, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 22 mar. 2023.

RAMOS, Anna Carolina Moraes de Mendonça. **A Evolução Histórica da Educação Infantil e suas políticas** Atuais. 2006. 51 f. Monografia (Especialização) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/39/ANNA>. Acesso em: 22 mar. 2023.

RUIZ, Jucilene de Souza. O surgimento da creche: uma construção social e histórica. *In*: V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA, 11, 12, 13 e 14 de Abril, UFSC, Florianópolis, **Anais** [...]. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/110243-V-encontro-brasileirode-educacao-e-marxismo-marxismo-educacao-e-emancipacao-humana-11-12-13-e-14-deabril-de-2011-ufsc-florianopolis-sc-brasil.html>. Acesso em: 22 mar. 2023.

VYGOTSKI, Lev Semyonovich. **Problemas de psicología general**. Madrid: Machado Libros, 1995.